

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Cultura política e ciudadanía entre os delegados do orçamento participativo de Porto Alegre.

Luciano Fedozzi.

Cita:

Luciano Fedozzi (2009). *Cultura política e ciudadanía entre os delegados do orçamento participativo de Porto Alegre*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/949>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/QE5>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Cultura política e cidadania entre os delegados do orçamento participativo de Porto Alegre

Luciano Fedozzi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS

fedozzi@cpovo.net

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta os resultados da pesquisa que buscou efetuar análise comparativa de dados produzidos sobre cultura política e cidadania entre os delegados do Orçamento Participativo de Porto Alegre (doravante OP) e dados extraídos da investigação realizada em diversas Regiões Metropolitanas do país.

A intenção foi perceber se o OP, como forma de gestão urbana, agregadora de ação social e de formas associativas, apresenta indicadores de cultura política e de cidadania distintos da população das regiões metropolitanas e das capitais pesquisadas no país, no âmbito da investigação nacional **Cultura Política e Cidadania** realizada pelo Observatório das Metrôpoles (IPPUR - UFRJ), em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (CS-UL) e o IUPERJ (Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro).

Intenciona-se fornecer parâmetros empíricos e interpretativos frente a duas questões principais: a) a possível expressão de valores e de práticas de atuação dos delegados do OP consoantes com a denominada **Nova Cultura Política** (Clark & Hoffmann-Martinov; Cabral e Silva, s/d; e Azevedo, Santos Jr. e Ribeiro, 2007)¹; e b) a verificação - frente à tradição autoritária da sociedade brasileira - de possíveis relações positivas entre a participação, ao longo do tempo no OP, e a construção de uma cultura política democrática, promotora de cidadania ativa e de fortalecimento do capital social.

1. O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE

O OP é uma prática de democracia participativa local que goza de legitimidade e de reconhecimento públicos, local, nacional e internacional, cuja existência contínua está completando duas décadas em 2009. Julga-se, portanto, que as questões elencadas na presente pesquisa possam ajudar a elucidar a hipótese geral que associa a prática da participação à aprendizagem democrática, seja relacionada ao fortalecimento da dimensão institucional, ou relacionada à construção de novos valores e padrões de ação de atores da sociedade civil, especialmente em contextos de profunda desigualdade social e de vigência de uma cultura societária autoritária e passiva, como é o caso do Brasil.

¹ A **Nova Cultura Política (NCP)** é um conceito surgido nos países centrais nos anos 1970 para designar um conjunto de macro-processos que teriam alterado profundamente a estrutura das relações sociais. São sete as principais características da NCP: 1) modificação do significado clássico entre esquerda e direita desvinculando-os das divisões de classe; 2) separação explícita entre as questões sociais e econômicas-fiscais; 3) crescimento da importância das questões sociais decorrentes da exacerbação das desigualdades sócio-culturais em detrimento das demandas econômicas; 4) o individualismo de mercado e a preocupação social crescem juntos; 5) questionamento do Estado de Bem-Estar Social e defesa de novas formas de provisão de bens públicos que articulam Estado, empresas privadas e formas comunitárias. A crítica ao WS é acompanhada do declínio da importância dos governos nacionais e concomitante aumento da relevância dos governos locais; 6) surgimento de um novo padrão de atuação política baseadas em questões específicas e ampliação da participação cidadã, assim como o declínio das organizações hierárquicas (sindicatos, partidos, etc), 7) a NCP se expressa mais intensamente em sociedades menos hierárquicas e por segmentos mais jovens, mais instruídos e que vivem mais confortavelmente (Clark & Hoffmann-Martinot, 1998).

Frise-se que os achados da pesquisa não podem ser generalizados como representativos de todos os participantes do OP. Isso porque na estrutura de funcionamento dessa modalidade de gestão local, os delegados formam instâncias representativas da ampla base social que participa das assembleias Regionais (17) e Temáticas (6) abertas a todos os indivíduos a cada ano. Os delegados constituem, portanto, um grupo relativamente seletivo, eleitos na proporção de um para cada dez participantes nas assembleias. Eles formam os Fóruns de Delegados em cada região ou tema do OP, instâncias intermediárias de mediação e de relativo poder de decisão frente às comunidades que representam e frente ao governo, durante todo o ciclo anual de funcionamento da instituição.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA E PERFIL DEMOGRÁFICO DA AMOSTRA

A investigação utilizou amostra probabilística inferida a partir do perfil social em termos de sexo, escolaridade e faixa etária dos delegados do OP, conforme os percentuais desses indicadores existentes (2005)². O número de entrevistados (383 casos) corresponde ao mesmo número que compôs a amostra da população de Porto Alegre incluída na amostra geral da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) (768 entrevistados). A pesquisa foi realizada em novembro de 2008 e os respondentes foram selecionados a partir das listas dos delegados para o orçamento municipal de 2009.

O perfil dos entrevistados é constituído pela paridade entre os sexos, pela idade de 40 anos ou mais (37,9% tem 50 anos ou mais), de cor branca, ensino fundamental (incompleto ou completo), renda familiar de até 5 salários mínimos, são chefes de família, trabalham em situações de emprego que lhes permite flexibilidade no exercício da carga horária e residem em Porto Alegre há quase três décadas.

3. OP, CULTURA POLÍTICA E CIDADANIA: SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RESULTADOS

A investigação se debruçou sobre um conjunto de itens aplicados em todas as cidades pesquisadas: importância das esferas governamentais; deveres e direitos da cidadania; grau de interesse pela política, avaliação da democracia e percepção da administração pública no Brasil; mobilização sociopolítica e disposição para a ação; confiança e eficácia da ação; nível de associativismo e de ação

² Cf. Fedozzi (2007).

política e social; e socialização política. Em cada um dos itens realizaram-se cruzamentos com as variáveis: escolaridade, renda familiar, gênero, faixas etárias, raça/etnia.

No conjunto dos itens investigados as médias apresentadas pelos delegados do OP são superiores às verificadas nas populações das regiões metropolitanas e das capitais pesquisadas no país (com exceção do *dever* de escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais). Essa constatação é central para os objetivos do estudo. Ao se apresentarem no conjunto dos itens, os dados são significativos e podem sugerir relações positivas entre a participação nesse modelo de gestão e a construção de uma cultura política cidadã.

Considerando-se que os tipos de respostas mais valorizadas estão relacionadas aos temas da desigualdade social e das práticas participativas e fiscalizatórias no âmbito da sociedade civil, as médias das respostas indicam que a cultura política de cidadania, para a grande maioria dos delegados do OP, está associada principalmente a um padrão de representações com características que podem indicar o fortalecimento de princípios democráticos e republicanos historicamente ausentes na matriz de ordenamento da sociedade brasileira, quais sejam: a) um *forte conteúdo igualitário* que contraria a histórica desigualdade social e civil da sociedade brasileira; b) a *importância da participação nas organizações sociais e nos partidos no âmbito da sociedade civil*; e c) o *exercício do controle social e da transparência das ações governamentais*.

3.1 DEVERES E DIREITOS DA CIDADANIA³

Na análise dos deveres de cidadania, as mulheres se destacam, *como exceção*, nos deveres de ativismo social e de preocupação com a solidariedade. As médias das mulheres são significativas quanto à participação em associações e movimentos sociais e quanto à ajuda aos necessitados no Brasil. Essas características são consoantes com as encontradas na base social dos participantes do OP, pois a maioria dos participantes das Associações de Moradores são mulheres. Além disso, as mulheres conquistaram, gradativamente, paridade ou até maioria nos postos de direção do OP e da direção das Associações de Moradores (AM's).

Por outro lado, conforme demonstram estudos anteriores, o estado civil é uma variável que diferencia os gêneros quanto às oportunidades de eleição para os cargos diretivos das instâncias do OP

³ O conjunto das médias obtidas sobre os direitos e deveres de cidadania não apresenta um padrão de diferenças significativas quando analisadas por sexo, escolaridade, renda e faixa etária.

e das AM's. A presença das mulheres é proporcional somente nas condições em que elas se encontram “independentes” dos laços de matrimônio. É provável a vigência da cultura patriarcal que se expressa no impedimento do exercício de papéis nos “negócios públicos” e na dupla jornada de trabalho (Fedozzi, 2008, p. 15).

Também a renda familiar se mostra interveniente no padrão das respostas, destacando significativamente as opiniões do grupo com maior renda (superior a 10 salários mínimos) que, na maior parte dos deveres, apresentam médias superiores.

O grupo com maior renda se posiciona com diferenças significativas nos tipos de deveres de cidadania associados, por um lado, à solidariedade com os mais necessitados no Brasil e no mundo, mas, por outro lado, com um conjunto coerente de respostas que podem expressar valores voltados à manutenção da ordem social e do controle do Estado (votar sempre, não sonegar impostos, obedecer à lei, informar-se sobre o governo). Não apresentam, assim, médias distintas em deveres que poderiam caracterizar uma consciência de caráter democrático-societário, tais como escolha de produtos por razões éticas, políticas e ambientais, compreender as opiniões diferentes e participar de associações e movimentos.

No que tange aos *direitos* de cidadania, se percebe semelhança no padrão das opiniões entre os públicos com distintos níveis de escolaridade. Isto é, embora o grupo com menor nível de instrução (até a 4ª série fundamental) tenha obtido uma média geral levemente maior em relação ao grupo com nível de escolaridade superior, o nível de ensino - derivado dos capitais econômico e cultural -, não demonstra ser um fator que distingue de forma significativa a opinião dos delegados do OP quanto aos direitos de cidadania. Esse fenômeno é reforçado pelo fato de que os dois pólos da estratificação escolar (instrução até a 4ª série fundamental e ensino superior) destacam-se nos mesmos tipos de direitos que apresentam médias estatisticamente significativas: o direito de “nível de vida digno” e o “direito de respeito das autoridades pelas minorias”.

Fica fora do rol destacado pelas variáveis renda e escolaridade o direito de participação em ações de desobediência civil. Aliás, esse direito é relevante estatisticamente apenas quando são analisadas as médias das respostas de acordo com o critério **racial/étnico**. O grupo de cor preta é o único grupo, isoladamente, que apresenta essa disposição. Além disso, quanto aos direitos de cidadania, os pretos obtêm uma média superior na comparação com os brancos (embora sem significância estatística), o que também ocorre com os jovens (18-29 anos) comparativamente às

demais faixas de idade, embora sem adquirir significância estatística. Esse fato pode expressar uma importante transformação na cultura política autoritária e excludente do país. Provavelmente representa o avanço da consciência negra que vem ocorrendo nas últimas décadas no país. No OP, os negros são superepresentados, pois somam 23% dos participantes contra 8,7% na população (Cidade, 2002, IBGE, 2000).

4. O OP E A NOVA CULTURA POLÍTICA

Tomando-se o conjunto dos dados, é possível afirmar que eles não apóiam a hipótese de que a participação no OP estaria ocorrendo partir da construção de valores e de padrões de atuação consoantes à Nova Cultura Política. Isso pode ser percebido devido às seguintes constatações:

a) as percepções dos direitos e dos deveres de cidadania, para a grande maioria dos delegados do OP (de todos os segmentos de renda e dos níveis de ensino distintos), estão associadas a um forte conteúdo igualitário, como tarefa clássica não resolvida pela sociedade brasileira. Nessa tarefa, segundo os investigados, o Estado continua exercendo papel central no provimento do bem-estar social, devendo fazê-lo com participação e controle da sociedade civil.

Somente quando se analisam os tipos de ações mais utilizados pelos diferentes grupos há alguns indícios que podem sugerir que o grupo que possui *maior nível de renda* (mais de 10 salários mínimos) apresenta certas disposições mais próximas às modalidades de ação identificadas com a Nova Cultura Política. Eles se destacam em ações que se presume sejam mais horizontais, menos orgânicas e relativamente efêmeras no tempo, tais como contatos políticos, contatos com a mídia, coleta de fundos e discussão na internet.

b) apesar de os delegados do OP possuírem elevados níveis de vínculos associativos no âmbito da sociedade civil (expressando coerência com a trajetória histórica de construção dessa modalidade de gestão local), os tipos de associativismo representam padrões clássicos da ação coletiva ocorrida no período de redemocratização e da ativação da sociedade civil no país: associações de moradores (principalmente), partidos políticos, igrejas, sindicatos ou associações profissionais. Ora, estas organizações apresentam, em geral, padrões de atuação mais hierarquizados e tradicionais que não se coadunam com as formas de ação identificadas pela Nova Cultura Política. Além disso, os jovens (18 a 29 anos) apresentam tendência de menor nível associativo, mesmo naquelas ações mais fluídas e

efêmeras. Essa menor intensidade na ação dos jovens também não endossa um suposto da Nova Cultura Política.

Não se confirma, portanto, a hipótese, dentre os delegados do OP, do alargamento ou mesmo do deslocamento, no âmbito de uma Nova Cultura Política, da preocupação com os temas clássicos ligados à desigualdade social e civil, para temas específicos de caráter sócio-cultural - como seria a ação de boicotar produtos por razões éticas, políticas ou ambientais, por exemplo.

5. O OP E OS EFEITOS NA CONSCIÊNCIA DE CIDADANIA

Quanto ao objetivo de testar possíveis resultados do OP na subjetividade coletiva dos participantes, verificou-se que os delegados do OP apresentam maior nível de consciência de cidadania, de ativismo sociopolítico, de associativismo e de interesse pela política. Todavia, estes dados são relativizados devido ao nível de profundidade das transformações nessa dimensão cultural e também devido à presença de assimetrias decorrentes da estratificação social.

Em primeiro lugar, como visto, não se constatam diferenças estatisticamente significativas quanto aos direitos e deveres de cidadania associados ao maior ou menor tempo de participação no OP. Isso possivelmente significa inexistência de transformações mais profundas na topologia do nível de consciência social dos delegados participantes. O nível de profundidade das transformações subjetivas é verificado mais pelo *crescimento do ativismo em todas as modalidades de ação sociopolítica, assim como no nível relacionado à atividade política propriamente dita, ao olhar crítico quanto às formas de gestão pública e à valorização do regime democrático participativo*. Ou seja, há clara tendência de crescimento destes itens associados ao maior tempo de exposição ao OP. *Nesse nível pode-se falar em mudança da cultura política e incentivo à cidadania ativa como processo que contrasta com o contexto geral de descrédito na política e na própria eficácia da ação coletiva*.

Outro limite advém das assimetrias evidenciadas em termos de condições socioeconômicas (escolaridade e renda) na análise das *modalidades de atuação* dos participantes. Maior renda e maior nível de ensino estão associados ao aumento da participação nas ações em geral, significando existência de custos e barreiras aos mais pobres que lhes dificulta a igualdade e a intensidade de atuação no OP. O OP não tem obtido sucesso quanto à busca da equidade da participação⁴.

⁴ VER FEDOZZI (2008).

Embora ocorra tendência de crescimento dos vínculos associativos conforme o aumento do tempo de participação no OP, não é possível concluir que a variável tempo esteja associada ao maior nível de organização do capital social na cidade. O significado desse crescimento precisa ser apurado mais aprofundadamente. Por um lado, o crescimento das ONG's e de movimentos sociais é consoante com a nova realidade internacional da ação coletiva que pode representar formas de ação menos hierárquicas e rígidas - comparativamente às organizações tradicionais (sindicatos, AM's, entidades profissionais, partidos, etc.). Por outro lado, dados de pesquisas anteriores mostram inclusive que é decrescente o percentual de participação em entidades por parte do público que integra as edições anuais do OP: de 76% em 1995 para 57% em 2005 (Fedozzi, 2007, p. 30).

A experiência do OP de Porto Alegre demonstra que o contexto de terceirização dos serviços públicos, que se prolifera no contexto internacional, tem incentivado a criação de organizações para esse fim e/ou transformado o caráter da ação das AM's existentes, ao repassar para elas funções de prestação de serviços comunitários, especialmente nas áreas da assistência social e da cultura. Hoje, são centenas de convênios entre a Prefeitura e entidades da sociedade civil. Não se trata aqui da simples transferência de responsabilidades das políticas de bem-estar social para organizações civis ou privadas, algo constatado pela Nova Cultura Política. Mas, sim, do estabelecimento de novas relações entre o Estado e redes associativas que constituem parcela do capital social na sociedade civil.

Essa “terceirização comunitária” tende a criar dependência dos fundos públicos com notórias consequências políticas e culturais que parecem atualizar velhas formas de clientela e de tutela do Estado, em conexão com o sistema partidário de sustentação governamental. Essa é uma questão cuja complexidade desafia o conhecimento e a reflexão crítica sobre a relação entre o funcionamento há duas décadas do OP e as formas de ação coletiva que vêm se (re)estruturando na cidade. Soma-se a isso, o alto grau de pertencimento aos partidos políticos por parte dos delegados do OP. Se esse vínculo expressa valorização da política como instância de mediação social, pode também ensejar a hipótese de efeitos “perversos” desses vínculos, nas práticas de cooptação ou de exclusão do acesso aos recursos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados, de certa forma, demonstram as percepções redistributivistas, participativas e de exercício da *accountability* na cultura dos participantes mais engajados no funcionamento do OP, como

o são os delegados. De forma geral, observa-se que os delegados do OP, na comparação com as demais populações, apresentam médias superiores sobre cultura política em todos os itens pesquisados.

Quanto ao primeiro objetivo da investigação, chama atenção, entretanto, a menor importância atribuída aquele rol de deveres contemporâneos atribuídos ao consumo responsável que é parte de uma Nova Cultura Política mundial. A resposta “escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que eles custem mais caro” obteve a menor média entre todas e apenas 30,8% o consideram um dever “muito importante”. Esse baixo valor se constituiu exceção ao padrão de médias mais altas obtidas com os delegados do OP em comparação com outras regiões e cidades.

Os dados não confirmam *a hipótese do alargamento ou mesmo do deslocamento, no âmbito de uma Nova Cultura Política, da problematização dos temas clássicos ligados à desigualdade social para temas de caráter sócio-cultural.*

Destaca-se, ainda, que os dados analisados revelam limites da cultura política predominante desse público *frente a uma perspectiva mais crítica e transformadora da ordem social.* Isso pode ser percebido, por exemplo, pelas respostas obtidas no tema da *obediência ou do conflito com a lei.* A média da resposta à pergunta “obedecer sempre à lei e regulamentos” é maior comparativamente às demais regiões do país pesquisadas (classificada como “muito importante” por 64%). Há ainda uma clara divisão de opiniões quando se trata do conflito entre “seguir a lei ou a própria consciência em certas ocasiões”. Da mesma forma, o direito de “participação em ações de desobediência civil” obteve o menor percentual entre as respostas e é o único classificado como “muito importante” por menos de 50%.

A adesão normativa à ordem racional-legal pode representar um avanço civilizatório, pois a perspectiva do sistema social enseja possibilidades da consciência de cidadania baseada nas normas impessoais como critério de justiça (frente à tradição particularista, patrimonialista e pessoalizada da híbrida formação brasileira, conforme apontam estudos clássicos (Holanda, 1993; Faoro, 1958; DaMatta, 1991a e 1991b).

Por outro lado, esse estágio de consciência representativo da “Lei e da Ordem” é compatível com a perspectiva de uma cidadania conformada. Ele não expressa ainda uma consciência crítica que sobrepõe a *justiça* necessária ao *ordenamento jurídico-político* ou aos valores dominantes na sociedade, como é caso da consciência pós-convencional (Kohlberg, 1969 e 1981; Habermas, 1983 e 1989)

quando valores como *justiça, liberdade e igualdade* adquirem prioridade sobre os demais *direitos (propriedade) da ordem social*. Nesse sentido, são verificados limites quanto à profundidade das mudanças de consciência social e assimetrias decorrentes da estrutura socioeconômica e cultural do país, que relativizam o impacto desse inovador modelo de gestão urbana na dimensão subjetiva dos participantes.

É possível que o OP possivelmente esteja desempenhando pelo menos um papel catalisador de parcela da ação coletiva, assim como das formas associativas e movimentos sociais, favorecendo, assim, o ambiente para o crescimento do capital social da cidade. Por meio dele, é oportunizado o contato permanente entre o tecido social mobilizado por milhares de indivíduos e de organizações sociais que passaram a compartilhar as decisões sobre gestão sócio-urbana com os administradores da cidade.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Sérgio de; SANTOS Jr., Orlando Alves; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Cidade, cidadania e segmentações sócio-territoriais no Brasil*. XII Encontro da ANPOSC. Belém, maio/2007.
- CABRAL, Manuel Villaverde; SILVA, Filipe Carreira da. *Cidade e cidadania: o “efeito-metrópole” sobre o exercício da cidadania*. s/d, mimeo.
- CLARK, T. N. & HOFFMANN-MARTINOV, V. *The New Political Culture*, Boulder, Colo.: Westview Press, 1998.
- CENTRO DE ACESSORIA E ESTUDOS URBANOS. *Quem é o público do Orçamento Participativo*. 2002.
- DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991a.
- DaMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991b.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FEDOZZI, Luciano. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Tomo Editorial, 2007. (ver www.observapoa.com.br)

- FEDOZZI, Luciano. *O eu e os outros. Participação e transformação da consciência moral e de cidadania.* Porto Alegre: Tomo Editorial e RJ: Observatório das Metrópoles, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico.* São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 2000
- KOHLBERG, Lawrence. Stage and sequence: The cognitive developmental approach to socialization. In: *Handbook of socialization theory and research.* David Goslin. Ed. Rand McNally e Company, EUA, 1969.
- _____. *The philosophy of moral development.* San Francisco: Harper & Row, 1981.
- O'DONNELL, Guilherme. Democracia Delegativa? *Novos Estudos.* São Paulo. CEBRAP. n.31. outubro. 1991.

Tabela 1: Opiniões sobre os deveres relativos ao bom exercício da Cidadania – Brasil, cidades selecionadas e delegados do OP

<i>Deveres relativos à cidadania</i>	<i>Brasil</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Porto Alegre</i>	<i>Porto Alegre/ Delegados do OP</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Recife</i>	<i>Natal</i>	<i>Goiânia</i>
(i) Votar sempre nas eleições	5,68	5,56	5,63	6,56	5,44	5,98	5,87	5,90	5,88
(ii) Nunca sonegar impostos	5,71	5,76	5,81	6,55	5,70	6,12	5,91	6,20	5,99
(iii) Obedecer sempre às leis	6,12	5,93	6,01	6,29	6,07	6,04	6,27	6,28	6,25
(iv) Manter-se informado sobre o Governo	5,68	5,64	5,77	6,73	5,71	5,04	5,84	6,17	6,01
(v) Participar em organizações sociais ou partidos	4,61	3,98	4,62	6,63	4,62	4,06	5,05	5,34	4,99
(vi) Tentar compreender diferentes opiniões	5,74	5,74	5,72	6,59	5,84	6,02	6,16	6,22	5,88
(vii) Escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais	4,36	4,04	4,80	4,58	4,50	4,80	4,90	5,38	4,77
(viii) Ajudar as pessoas necessitadas do Brasil	6,46	6,30	6,23	6,79	6,42	6,35	6,66	6,72	6,34
(ix) Ajudar as pessoas de outras partes do mundo	6,23	6,06	5,63	6,50	6,17	5,88	6,43	6,60	6,26
(x) Prestar Serviço militar	5,05	4,23	4,51	5,59	5,20	4,96	5,34	5,75	5,25
Média	5,57	5,32	5,48	6,28	5,61	5,53	5,86	6,06	5,77
N	2000	384	384	370	500	384	384	384	384

Nota: $\chi^2(18) = 249,034$; $p < 0,001$. Observações: Indicador de 1 a 7 , sendo 7 - Muito importante e 1 - Nada importante.
 Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre (2008).

Tabela 2: Opiniões sobre os direitos de Cidadania – Brasil, cidades selecionadas e delegados do OP

<i>Direitos do cidadão</i>	<i>Brasil</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Porto Alegre</i>	<i>Porto Alegre/ Delegados do OP</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Recife</i>	<i>Natal</i>	<i>Goiania</i>
(i) Nível de vida digno	6,64	6,55	6,59	6,97	6,71	6,68	6,68	6,79	6,68
(ii) Autoridades respeitarem os direitos das minorias	6,46	6,45	6,56	6,90	6,61	5,63	6,68	6,69	6,73
(iii) Autoridades tratarem todas as pessoas como iguais	6,66	6,57	6,57	6,91	6,76	6,63	6,70	6,77	6,81
(iv) Políticos escutarem os cidadãos	6,55	6,38	6,54	6,92	6,73	6,45	6,53	6,54	6,67
(v) Ter mais oportunidades de participar das decisões de interesse público	6,46	6,23	6,35	6,88	6,69	6,41	6,40	6,64	6,46
Média	6,55	6,44	6,52	6,92	6,71	6,36	6,60	6,69	6,67
N	2000	384	384	380	500	384	384	384	384

Tabela – Mobilização sociopolítica. **Brasil**, cidades selecionadas e delegados do OP.

Mobilização sociopolítica	Média	N
São Paulo	0,91^c	384
Rio de Janeiro	0,69^b	498
Porto Alegre	0,84^c	383
Porto Alegre/Delegados do OP	2,01	383
Belo Horizonte	0,57^a	377
Recife	0,70^b	374
Natal	0,63^{a,b}	375
Goiânia	0,69^b	380
Brasil	0,70	2000

Notas: Escala: 0 – nunca pertenceu a 3 – participa ativamente.
ANOVA: $F(6, 2783) = 18,341$; $p < 0,001$.

Letras diferentes representam grupos estatisticamente diferentes entre si e letras iguais representam grupos não estatisticamente diferentes entre si. Duncan a $p < 0,05$.
Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre 2007

Grau de interesse pela política – Brasil e cidades selecionadas

Cidades	Média	N
São Paulo	2,29 ^d	381
Porto Alegre	2,24 ^d	378
Porto Alegre/Delegados do OP	3,15	380
Rio de Janeiro	1,90 ^b	487
Belo Horizonte	1,64 ^a	374
Recife	1,95 ^{b,c}	369
Natal	1,68 ^a	374
Goiânia	2,07 ^c	380
Brasil	1,88	1954

Notas: Escala: 1 – não tem interesse nenhum a 4 – muito interessado
ANOVA: $F(6, 2736) = 27,829$; $p < 0,001$.

Letras diferentes representam grupos estatisticamente diferentes entre si e letras iguais representam grupos não estatisticamente diferentes entre si. Duncan a $p < 0,05$.
Fonte: Pesquisa Observatório das Metrópoles, IUPERJ, ICS-UL, ISRPP, 2006. Para delegados do OP de Porto Alegre, 2008.